

OBRA : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FECHAMENTO EM GRADIL NYLOFOR PARA REFORÇO ESCOLAR DO SESC VENDA NOVA**

LOCAL : **SESC VENDA NOVA**

PRAZO : **30 DIAS CORRIDOS**

% DE MO E EQUIP. **17,97%**

% DE MATERIAL **82,03%**

ISS NO MUNÍCIPIO: **5,00%**

REFERÊNCIA: **TABELA NÃO DESONERADA**

TIPO DE OBRA: **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

QUARTIL ADOTADO: **1º Quartil**

| | | |
|---------------------|--|---------------|
| AC | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 3,00% |
| S+G | SEGUROS E GARANTIAS | 0,00% |
| R | RISCOS | 0,97% |
| DF | DESPESAS FINANCEIRAS | 0,59% |
| L | LUCRO | 6,16% |
| I | IMPOSTOS (A+B+C+D) | 4,55% |
| A | PIS | 0,65% |
| B | COFINS | 3,00% |
| C | ISS (BASE DE CÁLCULO) (ISS MULTIPLICADO PELO PERCENTUAL DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTO DE EXECUÇÃO) | 0,90% |
| D | CPRB | 0,00% |
| BDI SERVIÇOS | | 16,32% |

OBSERVAÇÕES

a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%. ISS: Compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal vigente e, sobre esta, a respectiva alíquota.

b) PIS e COFINS: Devem atender a legislação vigente.

c) LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento). (Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015) Contribuição Previdenciária: A alíquota incidente deve ser informada (Patronal ou Receita Bruta) e comprovada.

Utilizado o primeiro quartil por se tratar de uma obra de baixa complexidade.

Caso haja preenchimento da alíquota de CPRB igual a zero pelo fornecedor, o mesmo deverá justificar.

Conforme orientação do TCU, a aplicação do ISS deverá ser apenas sobre a mão de obra. Considerando que ocorre incidência do ISS em 38,65% apenas da mão de obra, a taxa de ISS a ser considerada no BDI é de 5% aplicado em 38,65% do valor de venda, o que corresponde a 1,93%.